

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar

80410-180 - Curitiba/PR - Brasil

Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Paranaguá - Paraná

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia havia registrado no ativo circulante valores a receber no montante de R\$ 31.227 mil relativos a restituição de seguros devido ao sinistro ocorrido em suas instalações. Contudo, o processo de regulação do sinistro naquela data encontrava-se em andamento e a restituição dos valores envolvidos, bem como a data para o seu efetivo pagamento, ainda não haviam sido confirmados, tendo sido os mesmos aprovados pela Seguradora apenas no decorrer do exercício de 2016. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a contabilização de reembolsos por indenização de seguro sejam reconhecidas quando, e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será efetivamente recebido. Dessa forma, tal receita deveria ter sido reconhecida no exercício de 2016. Todavia, não houve a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Contábil e Retificação de Erro. Em decorrência desse assunto, o resultado do exercício de 2016 está diminuído em R\$ 31.227 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

“Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

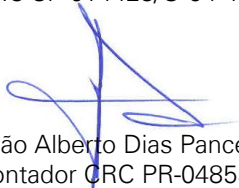
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.385	11.646	Fornecedores		3.482	4.998
Contas a receber de clientes	6	5.942	9.464	Financiamentos e empréstimos	12	29.932	26.353
Impostos a recuperar	7	157	2.222	Valores a pagar pelo sinistro		1.709	5.929
Valores a receber - restituição de seguro		-	5.000	Arrendamento mercantil	16	171	619
Outras contas a receber		1.395	1.957	Impostos e contribuições a recolher	14	886	1.485
Outros ativos		303	153	Imposto de renda e contribuição social	14	2.271	-
		<u>18.183</u>	<u>30.441</u>	Salários e férias a pagar	13	3.049	3.309
				Dividendos a pagar	8	2.641	2.768
				Outras contas a pagar		239	310
						<u>44.380</u>	<u>45.770</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	8	11	-	Financiamentos e empréstimos	12	28.644	45.752
Impostos a recuperar	7	474	821	Valores a pagar pelo sinistro		1.964	3.673
Propriedades para investimento	9	8.300	8.300	Arrendamento mercantil	16	217	26
Imobilizado	10	153.955	159.522	Mútuos com coligadas	8	2.840	12.740
Intangível	11	11.480	14.031	Provisão para contingências	22	483	1.124
		<u>174.220</u>	<u>182.673</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	12.615	13.513
				Outras contas a pagar		12	152
						<u>46.775</u>	<u>76.980</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17	46.404	46.404
				Reservas de lucros		40.572	31.131
				Ajuste de avaliação patrimonial		14.272	12.829
						<u>101.248</u>	<u>90.364</u>
		<u>192.402</u>	<u>213.114</u>			<u>192.402</u>	<u>213.114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	18	106.077	105.156
Custos dos serviços prestados	19	<u>(68.834)</u>	<u>(71.673)</u>
Lucro bruto		37.242	33.483
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	19	(398)	(654)
Administrativas e gerais	19	(11.668)	(10.679)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	<u>524</u>	<u>(317)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		<u>25.700</u>	<u>21.833</u>
Receitas financeiras	20	1.716	8.976
Despesas financeiras	20	<u>(10.537)</u>	<u>(19.072)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(8.821)</u>	<u>(10.096)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.879	11.738
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15 (b)	898	(5.911)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15 (b)	<u>(6.658)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>11.119</u></u>	<u><u>5.827</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	11.119	5.827
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>11.119</u></u>	<u><u>5.827</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	46.404	1.686	25.711	13.504	-	87.305
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	675	(675)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	5.827	5.827
Destinações:						
Reserva legal	-	291	-	-	(291)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.768)	(2.768)
Reserva para retenção de lucros	-	-	2.768	-	(2.768)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>46.404</u>	<u>1.977</u>	<u>29.154</u>	<u>12.829</u>	<u>-</u>	<u>90.364</u>
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	(1.443)	1.443	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	11.119	11.119
Reversão da destinação do lucro de exercícios anteriores	-	-	-	-	2.406	2.406
Destinações:						
Reserva legal	-	556	-	-	(556)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.641)	(2.641)
Reserva para retenção de lucros	-	-	10.328	-	(10.328)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>46.404</u>	<u>2.533</u>	<u>38.039</u>	<u>14.272</u>	<u>-</u>	<u>101.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		16.879	11.738
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pela atividades operacionais			
Depreciação e amortização	19	11.174	11.442
Custo residual do ativo imobilizado alienados ou baixados	10	1.512	719
Provisão para contingências	22	55	45
Juros sobre empréstimos	12	8.830	7.613
		<u>38.450</u>	<u>31.557</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) em contas a receber	6	3.521	(1.414)
Redução (aumento) em outros ativos		2.813	(1.780)
(Redução) aumento em fornecedores		(1.516)	1.986
(Redução) aumento em valores a pagar pelo sinistro		(929)	9.602
Aumento em contas a pagar e provisões		379	625
		<u>42.717</u>	<u>40.576</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>42.717</u>	<u>40.576</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	15	(6.658)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>36.059</u>	<u>40.576</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	10	(4.349)	(3.203)
Aquisições de intangível	11	(220)	(49)
		<u>(4.569)</u>	<u>(3.252)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		<u>(4.569)</u>	<u>(3.252)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Mútuos com partes relacionadas	8	(9.900)	12.740
Dividendos distribuídos		(235)	-
Empréstimos e financiamentos captados	12	11.647	16.527
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros pagos	12/16	(25.005)	(46.201)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(9.258)	(9.615)
		<u>(32.751)</u>	<u>(26.549)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		<u>(32.751)</u>	<u>(26.549)</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.261)</u>	<u>10.775</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5	11.646	871
No fim do exercício	5	<u>10.385</u>	<u>11.646</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.261)</u>	<u>10.775</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Martini Meat”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na BR 277, KM 6, em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluídos produtos congelados e resfriados, *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costuras de sacos, unitização e desunitização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios. A Martini Meat possui armazéns nas localidades de Paranaguá, Ponta Grossa/PR, Itajaí/SC, Rio Grande/RS.

Ao longo dos últimos exercícios a Companhia vem realizando investimentos relevantes no aumento do seu ativo imobilizado com o objetivo de atender a crescente demanda de seus clientes, principalmente àqueles relacionados ao seguimento de armazenagem e movimentação de cargas frigoríficas. As projeções de resultados e geração de caixa, preparados pela Administração, efetuadas com base nos contratos em carteira existentes no encerramento do exercício, indicam que a Companhia terá condições de cumprir as obrigações de curto e longo prazo assumidas com instituições financeiras, consolidando e aumentando a lucratividade das suas operações.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2018.

Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas nesta nota explicativa.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. *Julgamentos e estimativas*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidados do contas a receber de clientes;
- **Nota explicativa 10** - imobilizado - vida útil do ativo e valor residual;
- **Nota explicativa 11** - intangível - vida útil do ativo e valor residual;
- **Nota explicativa 15** - reconhecimento e mensuração dos ativos fiscais diferidos; e
- **Nota explicativa 22** - provisão para contingências.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.2 Reconhecimento da receita

Serviços prestados

As receitas de serviços de armazenagens são reconhecidas à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos

contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

As receitas com serviços prestados são reconhecidos: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

3.3 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

3.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide Nota 10), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Itens do imobilizado	2017	2016
Edificações	2% a 4% a.a	2% a 4% a.a
Veículos e tratores	6% a 17% a.a	6% a 17% a.a
Máquinas e Equipamentos	8% a 17% a.a	8% a 17% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a	10% a.a
Outros	4% a 25% a.a	4% a 25% a.a

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

e. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.7.2 **Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.7.3 **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7.4 **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.7.5 *Impairment de ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do

ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

3.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.11 Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada e está em processo de avaliação dos seus potenciais efeitos, se houver, em suas demonstrações financeiras.

Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 48 (Instrumentos Financeiros)

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos financeiros.

(i) *Classificação - Ativos e passivos financeiros*

Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado ou a valor justo pelo resultado (instrumentos derivativos), o qual não foi alterado pelo CPC 48.

A Companhia avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” ou “valor justo pelo resultado” (instrumentos derivativos) e passarão a ser classificados como “custo amortizado”, no caso dos “empréstimos e recebíveis”, e no caso dos derivativos continuarão ser classificados como “valor justo pelo resultado”, portanto não havendo modificação significativa em sua mensuração.

(ii) *Redução no valor recuperável (impairment)*

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 e aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há em 31 de dezembro de 2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

CPC 47 (Receita de contratos com Clientes)

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

(i) *Prestação de serviços*

A Companhia está envolvida na prestação de serviços de armazenagem de cargas gerais. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço.

De acordo com o CPC 47, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

CPC 06 (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção Do CPC 06 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28/ IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21/ IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros. A governança e as macrodiretrizes desse processo estão definidas na Política de gestão de riscos de mercado.

A Política de gestão de riscos de mercado é complementada por outras políticas, que estabelecem diretrizes e normas para: (i) Gestão de exposição cambial, (ii) Gestão de exposição a taxa de juros, (iii) Gestão de riscos de emissores e contrapartes e (iv) Gestão de liquidez e endividamento financeiro.

a. *Risco de mercado*

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b. *Risco de crédito*

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras que apresentam *ratings* de crédito superiores a "A", por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário.

c. *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017					
Financiamentos e empréstimos	12	29.932	12.659	14.474	1.512
Valores a pagar pelo sinistro		1.709	1.964	-	-
Arredamentos mercantis	16	171	217	-	-
Fornecedores		3.482	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016					
Financiamentos e empréstimos	12	26.353	22.917	19.282	3.553
Valores a pagar pelo sinistro		5.929	-	-	-
Arredamentos mercantis	16	619	26	-	-
Fornecedores		5.283	-	-	-

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2017	2016
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 12), arrendamentos mercantis (Nota 16) e valores a pagar pelo sinistro (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	62.637	82.354
	<u>(10.385)</u>	<u>(11.646)</u>
Dívida líquida	<u>52.252</u>	<u>70.708</u>
Total do patrimônio líquido	<u>101.248</u>	<u>90.364</u>
Patrimônio líquido ajustado	<u>48.996</u>	<u>19.656</u>

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

a. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	79	1.268
Aplicações financeiras (i)	10.306	10.378
	10.385	11.646

- (i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos (CDB's) remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e 50% do caixa apresenta liquidez imediata.

6 Contas a receber de clientes

	2017	2016
No país	5.942	9.464
	5.942	9.464

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é avaliada tomando como base a situação de cada título vencido, quando aplicável.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Exercícios	Saldo a vencer	Saldo vencido			Total
		< 30 dias	31 - 90 dias	> 90 dias	
31/12/17	5.849	38	4	51	5.942
31/12/16	9.254	16	45	149	9.464

7 Impostos a recuperar

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social	-	69
IRRF sobre aplicações financeiras	157	1.837
PIS e COFINS a recuperar	474	1.137
	631	3.043
Circulante	157	2.222
Não circulante	474	821

As antecipações de imposto de renda e contribuição social serão compensadas no curso normal de sua operação no decorrer dos próximos doze meses. O saldo de créditos de PIS e COFINS refere-se, principalmente, a créditos gerados na aquisição de ativo imobilizado.

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras companhias relacionadas, de acordo com os termos descritos abaixo:

	2017			2016	
	Mútuos ativos não circulante	Mútuos passivo não circulante	Dividendos a pagar	Outras contas a receber	Dividendos a pagar
Ritmo Logística S.A. (a)	-	2.840	-	12.740	-
Celso Antonio Frare - sócio.	-	-	11	-	-
Novo Oriente Participações Ltda.- sócio	11	-	2.630	-	2.768
	<u>11</u>	<u>2.840</u>	<u>2.641</u>	<u>12.740</u>	<u>2.768</u>

(a) Os contratos com a Ritmo Logística S.A. possuem incidência de juros de 1% a.m.

a. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembléia Geral Ordinária - AGO.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 593 (R\$ 264 em 2016). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda. com 99,58% de participação do seu capital social.

9 Propriedades para investimento

Referem-se a terrenos não destinados ao uso da Companhia em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização de capital. A Companhia optou pelo método de mensuração a custo. A mensuração do valor justo dos terrenos classificados como propriedade para investimento é de R\$ 16.000 em 31 de dezembro de 2017. O valor justo foi definido através de pesquisa de mercado com consulta em imobiliárias independentes.

10 Imobilizado

a. Composição

	2017			2016		% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Edificações	98.310	(12.422)	85.888	86.280		2% a 4%
Veículos e Tratores	3.054	(1.058)	1.996	1.974		6% a 17%
Máquinas e Equipamentos	80.620	(30.319)	50.301	52.743		8% a 17%
Móveis e Utensílios	1.941	(1.355)	586	682		10%
Obras em Andamento	1.745	-	1.745	3.166		-
Terrenos	7.657	-	-	7.658		-
Outros	12.798	(7.017)	5.781	7.019		4% a 25%
	206.126	(52.171)	153.955	159.522		

b. Movimentação

Classes do imobilizado	2016	Movimentação até 31 de dezembro de 2017				
	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	86.280	1.507	(915)	896	(1.880)	85.888
Veículos e Tratores	1.974	236	(26)	-	(188)	1.996
Máquinas e Equipamentos	52.743	851	(561)	1.929	(4.661)	50.301
Móveis e Utensílios	682	17	(10)	-	(103)	586
Obras em Andamento	3.166	1.733	-	(3.154)	-	5.781
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	7.019	5	-	-	(1.243)	5.781
	159.522	4.349	(1.512)	(329)	(8.075)	153.955

c. Revisão e ajuste da vida útil estimada

A Companhia ao final de cada exercício social revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Anualmente, a Companhia revisa o valor estimado de recuperação do seu ativo imobilizado. A Administração não identificou indicativo da necessidade de registro de provisão para ajuste do valor de realização (“*impairment*”).

11 Intangível

a. Composição

	2017			2016		% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido		
Intangível						
Agio	3.675	-	3.675	3.675		-
Direitos de software	16.126	(8.322)	7.804	10.355		20%
	19.802	(8.322)	11.480	14.031		

b. Movimentação

	2016	Movimentação até 31 de dezembro de 2017			2017
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Classes do intangível					
Ágio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	10.355	219	329	(3.099)	7.804
	14.031	220	329	(3.099)	11.480

Ágio na aquisição - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

Pelo fato de não existir diferentes níveis de segmento operacional e unidades geradora de caixa (UGC) na operação da controlada adquirida, o ágio não foi alocado e foi considerado em sua totalidade na operação da controlada.

De acordo com as práticas contábeis vigentes, o ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado, sendo então efetuados testes anuais quanto ao valor recuperável.

12 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Modalidade	Encargos	Passivo circulante	
		2017	2016
BNDES	TJLP+3,44% a.a e 6,04% a.a, IPCA+7,93% a.a e pré 8,70% a.a.	3.395	12.153
FINAME	TJLP+5,80% a.a. à 6,30% a.a., Cesta de Moedas+5,80% a.a à 6,30% a.a., Selic+6,34% a.a. e pré 4,50% a.a. à 8,70% a.a.	6.099	1.031
FINIMP	Euro + 6,99% a.a à 8,90% a.a	933	945
Capital de giro e conta garantida	CDI + 0,40% a.m à 0,53% a.m.	19.505	11.297
Contrato swap1	Dólar + 4,81% a.a.	-	927
Total		29.932	26.353
Modalidade	Encargos	Passivo não circulante	
		2017	2016
BNDES	TJLP+3,44% a.a e 6,04% a.a, IPCA+7,93% a.a e pré 8,70% a.a.	11.453	27.733
FINAME	TJLP+5,80% a.a. à 6,30% a.a., Cesta de Moedas+5,80% a.a a 6,30% a.a., Selic+6,34% a.a. e pré 4,50% a.a. à 8,70% a.a.	11.546	1.915
FINIMP	Euro + 5,25% a.a à 6,31% a.a.	645	1.608
Capital de giro e conta garantida	CDI + 0,40% a.m à 0,53% a.m.	5.000	14.496
		28.644	45.752
Total		58.576	72.105

b. Movimentação

	2017	2016
Saldo inicial	72.105	102.426
Novas captações	11.647	16.527
Pagamento de principal	(24.748)	(44.846)
Juros pagos sobre empréstimos	(9.258)	(9.615)
Juros provisionados sobre empréstimos	8.830	7.613
Saldo final	58.576	72.105

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

c. Vencimentos a longo prazo

	2017
2019	12.659
2020	6.490
2021	5.513
2022	2.471
2023	1.512
	28.644

Em 31 de dezembro de 2017 os empréstimos e financiamentos com natureza BNDES e FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor R\$ 32.494, em primeiro, segundo, terceiro e quarto grau e aval do sócio majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do sócio majoritário no valor de R\$ 24.505. Os empréstimos e financiamentos com natureza FINIMP estão garantidos pelo aval do sócio majoritário no valor de R\$ 1.578.

13 Salários e encargos sociais

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	2017	2016
Salários e férias a pagar	2.408	2.614
FGTS	134	146
INSS	448	493
IRRF	53	48
Outros	6	8
	3.049	3.309

14 Impostos a recolher

	2017	2016
Imposto de renda pessoa jurídica	2.271	-
COFINS	357	845
ISS	294	414
Contribuição Social PIS	142	-
PIS	77	184
IRRF	8	28
PIS/COFINS/CSLL Retenções	8	13
	<u>3.157</u>	<u>1.484</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

a. Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	2017	2016
Passivo não circulante		
Diferenças temporárias		
Provisão de contingências	913	913
Prejuízo fiscal e base negativa	860	3.298
Ágio Refribras	1.950	2.198
Custos dos empréstimos - CPC20	(572)	(783)
Ajuste dos custos atribuídos - CPC27	(15.976)	(14.628)
Reconhecimento de diferenças temporárias - ressarcimento do seguro	-	(4.080)
Outros	210	(431)
	<u>(12.615)</u>	<u>(13.513)</u>

b. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2017	2016
Resultado antes dos impostos	16.879	11.738
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(5.739)	(3.991)
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Despesas indedutíveis	41	33
Prejuízo fiscal do exercício	(62)	(1.953)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	898	(5.911)
Corrente	(6.658)	-
IRPJ e CSLL no resultado	(5.760)	(5.911)
Alíquota efetiva	34%	50%

16 Arrendamento mercantil (arrendatário)

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de duração de 36 a 60 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Em 31 de dezembro de 2017, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	168	3	171
Entre um a dois anos	217	-	217
	385	3	388

As taxas de juros dos contratos de arrendamento variam de 1,02% a 1,86% ao mês para os contratos pré-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social é de R\$ 46.404 totalmente subscrito e integralizado, e a participação societária está composta em 46.403.767 ações com valor nominal de R\$ 1 cada, pertencentes a Novo Oriente Participações Ltda, cuja participação é de 99,58% (46.211.277 ações) e ao Sr. Celso Antonio Frare, com participação de 0,42% (192.490 ações).

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2017 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

18 Receita operacional líquida

	2017	2016
Serviços prestados		
Receita de armazenamento	121.358	120.887
	121.358	120.887
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(15.281)	(15.362)
Devoluções e abatimentos	(1)	(369)
	(15.281)	(15.731)
	106.077	105.156

19 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	2017	2016
Despesa com benefícios a empregados	(28.357)	(29.422)
Serviços de terceiros	(5.701)	(5.704)
Despesas de depreciação e amortização	(11.174)	(11.442)
Despesas com energia elétrica	(9.938)	(12.746)
Manutenção e reparos	(5.089)	(5.101)
Locação e estadias do porto	(4.021)	(3.591)
Fretes	(7.919)	(5.356)
Combustíveis e lubrificantes	(1.226)	(1.336)
Outros	(6.952)	(8.625)
	(80.377)	(83.323)
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função		
Custos dos serviços prestados	(68.834)	(71.673)
Despesas com vendas	(398)	(654)
Despesas administrativas e gerais	(11.668)	(10.679)
Outras despesas operacionais, líquidas	524	(317)
	(80.377)	(83.323)

20 Despesas financeiras, líquidas

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.084)	(16.251)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(63)	(185)
Variação cambial passiva	(1.007)	(1.897)
Outros	(383)	(739)
	<u>(10.537)</u>	<u>(19.072)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	1.583	4.979
Variação cambial ativa	133	3.997
	<u>1.716</u>	<u>8.976</u>
	(8.821)	(10.096)

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

		2017		2016
		Passivo financeiro ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/valor justo
	Nota			Saldo contábil/valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	10.385	10.385
Contas a receber de clientes	6	-	5.942	5.942
Partes relacionadas	8	-	11	11
		<u>-</u>	<u>16.338</u>	<u>16.338</u>
Passivos				
Fornecedores		3.482	-	3.482
Financiamentos e empréstimos	12	58.576	-	58.576
Financiamentos de clientes - sinistro		3.673	-	3.673
Arrendamento mercantil	16	388	-	388
		<u>66.119</u>	<u>-</u>	<u>66.119</u>
				87.351

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

- **Contas a receber** - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias);
- **Financiamentos e fornecedores** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

22 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2017			2016
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	1.131	(37)	1.094	1.651
Tributárias	2.430	(3.041)	(611)	(527)
	<u>3.561</u>	<u>(3.077)</u>	<u>483</u>	<u>1.124</u>

Movimentação da provisão para contingências

	2016			2017
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	1.855	-	(724)	1.131
Tributárias	1.651	779	-	2.430
	<u>3.506</u>	<u>779</u>	<u>(724)</u>	<u>3.561</u>

Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante estimado de R\$ 2.759 (R\$ 4.827 em 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros patrimonial está composta por R\$ 258.773 para danos materiais, sendo R\$ 208.273 para cobertura predial e R\$ 50.500 para cobertura de lucros cessantes.